

É altamente meritória a preocupação da equipe econômica em desvincular-se da situação política, o que lhe tem permitido obter resultados nada desprezíveis nos campos monetário e fiscal. Estranha-se apenas que seus esforços não a tenham recompensado no mesmo grau no que respeita ao combate à inflação. Sem negá-los, cumpre entretanto levar em conta a profunda realidade que se oculta atrás dos dados publicados para que se possa melhor entender o porquê da resistência dos preços.

Acaba de ser divulgado o resultado de caixa do Tesouro para julho, envolvendo um superávit recorde de Cr\$ 1.213,5 bilhões, equivalente a 11% do recolhimento de impostos e taxas havido no mesmo mês. Diante de tal cifra poderia parecer desnecessária a pretendida reforma fiscal. Sem dúvida, trata-se do melhor resultado registrado nos últimos meses, acrescentando-se ao de maio — considerado muito bom —,

que apresentou superávit de Cr\$ 209,4 bilhões. Porém, impõe-se considerar que o primeiro foi obtido de modo artificial. Efetivamente, contrariando o normal, não se pagou ao funcionalismo a primeira parcela do 13º salário, o que teria representado um gasto suplementar de Cr\$ 1,3 trilhão. Também em razão do calendário, não se repassaram Cr\$ 680 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Assim, o que poderia passar por um resultado extraordinário esconde, na realidade, um déficit e o fato de o recolhimento dos impostos e taxas terem aumentado, em valor real, 12,7% em relação a maio, quando as liberações ordinárias cresceram apenas 8%. Se é positivo o crescimento de receitas, sabe-se que o das despesas deveria ter sido maior.

Tudo indica que, ao adiar o pagamento da primeira parcela do 13º salário, procurou o governo somente atingir as metas estabelecidas com o

Fundo Monetário Internacional (FMI) para o superávit primário do setor público, o que é apenas contábil, uma vez que do déficit nominal deduzem-se os efeitos das correções cambial e monetária, bem assim os juros pagos sobre a dívida interna. Não tendo conseguido reduzir o déficit nominal, estamos tentando convencer o FMI a julgar nossa performance a partir do superávit primário, sob o argumento de que, se neste momento nossa dívida interna cresce, tal ocorre apenas para neutralizar os efeitos do aumento da liquidez decorrente da imprevista elevação, nessa proporção, das reservas em divisas estrangeiras e da liberação dos cruzados novos. Tal argumento seria válido para o FMI, mas o déficit nominal persiste. O que explica que os agentes econômicos reajam a uma situação em que não há controle sobre os gastos públicos, o que somente se verificará se em consequência de uma boa reforma fiscal, de

aprovação ainda bastante duvidosa.

O controle monetário leva às mesmas conclusões. Se considerarmos apenas os meios de pagamento, no sentido estrito (moeda em poder do público e depósitos à vista), verificaremos que nos últimos 12 meses eles cresceram somente 435,4% (dados de maio), enquanto no mesmo período a taxa de inflação (IGP da FGV) foi de 791,7%. Tudo indicaria que estamos diante de uma contenção da liquidez. Mas no Brasil a moeda deve ser considerada diferentemente: requer-se a indução da quase-moeda, de liquidez praticamente total, o que é o caso das aplicações no Fundo de Aplicações Financeiras (FAF); nos Depósitos Especiais Remunerados (DER) e dos títulos públicos. Tal “moeda”, acrescida aos meios de pagamento, aumentou nos últimos meses em 1.371,4%, muito acima da inflação. O que explica a obstinação dos preços...